



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO” CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO DO CAMPO

MARIA IZABEL CIRILO DE SOUZA

**O DESLOCAMENTO DAS CRIANÇAS DAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL I DA ZONA RURAL PARA AS ESCOLAS DA ZONA
URBANA NO MUNICÍPIO DE PILÕES-PB.**

GUARABIRA-PB

2018

MARIA IZABEL CIRILO DE SOUZA

**O DESLOCAMENTO DAS CRIANÇAS DAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL I DA ZONA RURAL PARA AS ESCOLAS DA ZONA
URBANA NO MUNICÍPIO DE PILÕES-PB.**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como requisito
parcial para obtenção do grau de licenciatura em
Pedagogia.

GUARABIRA- PB

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719d Souza, Maria Izabel Cirilo de.
O deslocamento das crianças das escolas de ensino fundamental I da zona rural para as escolas da zona urbana no município de Pilões - PB [manuscrito] / Maria Izabel Cirilo de Souza. - 2018.
64 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

*Orientação : Profa. Dra. Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira, Departamento de Educação - CH."

1. Educação do campo. 2. Deslocamento. 3. Escolas urbanas.

21. ed. CDD 370.71

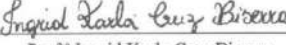
MARIA IZABEL CIRILO DE SOUZA

O DESLOCAMENTO DAS CRIANÇAS DAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL I DA ZONA RURAL PARA AS ESCOLAS DA ZONA
URBANA NO MUNICÍPIO DE PILÕES-PB.

Monografia aprovada em 14 /05 /2018

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira
Professora do Curso de Pedagogia UEPB/DE/CH - Orientadora


Prof.^a Ingrid Karla Cruz Biserra
Professora do Curso de Pedagogia UEPB/DE/CH


Prof.^a Thayana Priscila Domingos da Silva
Professora do Curso de Pedagogia UEPB/DE/CH

Guarabira/PB

2018

Dedico o presente trabalho a Deus, que me deu a possibilidade e coragem para descobrir novos horizontes, e ao meu filho, Nicolas Cirilo Soares, razão de toda luta que travei até aqui e motivo de todo sorriso que possa vir a brotar de meu rosto, símbolo do mais puro e verdadeiro amor que existe em mim.

Agradecimentos

A Deus, por me proporcionar viver experiências tão intensas, por ser minha base em toda a caminhada, por me segurar quando já não tinha mais forças nem perspectivas para continuar.

Aos meus pais, Jorge Souza e Geralda Cirilo de Souza, por me incentivarem durante toda minha vida, por jamais desistirem de mim, por serem meus principais exemplos de vida, de pessoas, de caráter, por dedicarem sua vida e suas forças aos seus filhos, para lhes proporcionar o melhor.

Aos meus irmãos, Carlos, Geraldo, De Assis, Elder, Judith, Ezequiel, Isaac, Neêmia, Joel, Guidhon e Miguion, por serem sempre tão companheiros e especiais em minha vida, por me ajudarem sempre que precisei, pela parceria e companheirismo que sempre demonstram para comigo.

Ao meu esposo, Enatiel Soares da Silva, por estar ao meu lado durante toda a caminhada.

À minha querida orientadora Mônica Pereira, pela paciência e pelo compromisso que sempre demonstrou comigo e com esta pesquisa e por servir de exemplo como pessoa e como profissional.

Aos familiares do meu esposo, por sempre estarem dispostos a me ajudar nesta longa caminhada.

À minha cunhada e amiga, Géssica David, pelo apoio em todos os momentos, pela parceria e pelo companheirismo de sempre.

À minha turma de Pedagogia 2013.1-noite, pelos momentos de aprendizagem e descontração que levarei para sempre comigo.

À esta instituição, UEPB-CAMPUSIII, seu corpo docente, direção e administração por nos proporcionar o acesso ao conhecimento de forma tão eficaz, pela dedicação de cada funcionário deste campus para que possamos usufruir diariamente de suas repartições.

À minha colega de classe e amiga Camila Santos, por estar sempre comigo durante quase toda a caminhada neste curso, pelas risadas, pelo companheirismo e por toda ensinamento que me proporcionou.

Aos mestres que tive a honra de poder encontrar em minha caminhada, aqueles que me proporcionaram muito mais que o conhecimento da disciplina, dos quais cito Josenildo da Cunha Lima, Cícero Galdino, Edleuza Oliveira, Gisânia Carla e Mônica Pereira, à estes meus sinceros agradecimentos e minha eterna admiração.

“Seria, na verdade, uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” – Paulo Freire.

046- Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia

SOUZA, Maria Izabel Cirilo de. **O deslocamento das crianças das escolas de ensino fundamental I da zona rural para as escolas da zona urbana no município de Pilões-PB.** Monografia (Curso de Pedagogia, UEPB, na Linha de Pesquisa: Educação do Campo, orientado pela Prof.^a Dr.^a Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira). 2018, 64p.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira- UEPB/DE/CH- Orientadora

Prof.^a Ingrid Karla Cruz Biserra- UEPB/DE/CH- Examinadora

Prof.^a Thayana Priscila Domingos da Silva- UEPB/DE/CH- Examinadora

RESUMO

O deslocamento das crianças das escolas da zona rural para as escolas da zona urbana no município de Pilões/PB é o foco deste estudo. O objetivo deste estudo é compreender como a população do campo do município de Pilões/PB entende este deslocamento, uma vez que estes tem demonstrado uma repulsa em relação às escolas do campo, provocando um esvaziamento destas e um super povoamento das escolas urbanas, buscando-se identificar quais as principais consequências deste ato. Neste sentido, foram feitos trabalhos de campo, buscando entrevistar pais, professores das escolas do campo e o secretário de educação do município, buscando nestas entrevistas identificar suas concepções à cerca da educação do campo, coleta de documentos e registro de imagens, em relação ao referencial teórico trabalhamos com os seguintes autores: Caldart (2018), Cervo & Bervian (2002), Freire (1989), Lefebvre (2001), Leite (1999), Machado (2002), Moreira (2014), Passador (2006), Simões (2018) e Souza (2014), para o embasamento de nossa pesquisa nos âmbitos teórico e metodológico. Foram identificadas as principais causas dessa emigração, assim como também, suas principais consequências. Através desta pesquisa percebemos qual a concepção que se tem em relação à educação oferecida no campo, identificamos também a posição do poder público em relação à problemática do fechamento de escolas nas comunidades rurais. É nesta perspectiva que segue o presente trabalho, buscando analisar o que leva os pais a matriculem seus filhos nas escolas da zona urbana, tendo em vista que algumas comunidades ainda possuem escolas e que este fato pode provocar consequências negativas, como a exemplo, o fechamento das escolas das comunidades rurais.

PALAVRAS CHAVES: Educação do campo, deslocamento, escolas urbanas.

046- Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia

SOUZA, Maria Izabel Cirilo de. **O deslocamento das crianças das escolas de ensino fundamental I da zona rural para as escolas da zona urbana no município de Pilões-PB.** Monografia (Curso de Pedagogia, UEPB, na Linha de Pesquisa: Educação do Campo, orientado pela Prof.^a Dr.^a Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira). 2018, 64p.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira- UEPB/DE/CH- Orientadora

Prof.^a Ingrid Karla Cruz Biserra- UEPB/DE/CH- Examinadora

Prof.^a Thayana Priscila Domingos da Silva- UEPB/DE/CH- Examinadora

ABSTRACT

The displacement of children from rural schools to urban schools in the city of Pilões / PB is the focus of this study. The objective of this study is to understand how the population of the countryside of the municipality of Pilões / PB understands this displacement, since these have demonstrated a repulsion in relation to the schools of the field, provoking an emptying of these and a super settlement of urban schools, to identify the main consequences of this act. In this sense, fieldwork was carried out, seeking to interview parents, teachers from the rural schools and the education secretary of the municipality, seeking in these interviews to identify their conceptions about field education, document collection and image registration, in relation to we have worked with the following authors: Caldart (2018), Cervo & Bervian (2002), Freire (1989), Lefebvre (2001), Leite (1999), Machado (2002), Moreira (2014), Simões (2018) and Souza (2014), for the base of our research in the theoretical and methodological scope. The main causes of emigration were identified, as well as their main consequences. Through this research we perceive the conception of education offered in the field, we also identify the position of public power in relation to the problem of closing schools in rural communities. It is in this perspective that the present work follows, trying to analyze what leads the parents to enroll their children in the schools of the urban zone, considering that some communities still have schools and that this fact can have negative consequences, as for example, the closure of schools in rural communities.

KEY WORDS: Field education, displacement, urban schools.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Informações cedidas pelo secretário de educação de Pilões-PB. | 33 |
| Quadro 2: Ideias e concepções dos docentes sobre a educação do campo. | 34 |
| Quadro 3: Ferramentas utilizadas pelos docentes para trabalhar a identidade do campo. | 35 |
| Quadro 4: Motivos que levam os pais a preferirem as escolas da zona urbana, segundo a visão dos docentes. | 36 |
| Quadro 5: Mães entrevistadas. | 37 |
| Quadro 6: Problemas encontrados nas escolas do campo, segundo a visão dos pais. | 38 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ART. :Artigo

CF: Constituição Federal

DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PB: Parágrafo

PNE: Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA | 17 |
| 3. CAMINHO METODOLÓGICO..... | 19 |
| 3.1. HIPÓTESES..... | 19 |
| 3.2. OBJETIVO..... | 20 |
| 3.3. TIPO DE PESQUISA..... | 20 |
| 4. JUSTIFICATIVA..... | 22 |
| 4.1. <i>SITUANDO O PROBLEMA</i> | 23 |
| 5. O QUE É EDUCAÇÃO DO CAMPO? | 26 |
| 5.1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL: EXISTE DIFERENÇA?..... | 27 |
| 5.2. AS LUTAS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO..... | 28 |
| 5.3. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PILÕES/PB | 33 |
| 6. TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS | 35 |
| 6.1. SOBRE A OPINIÃO DOS ENVOLVIDOS | 35 |
| 6.2. SOBRE O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS..... | 41 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 45 |
| REFERÊNCIAS..... | 47 |

1. INTRODUÇÃO

A educação do campo é um modelo de educação desenvolvida para as populações que residem em áreas rurais, buscando fazer uma ligação entre a realidade e o que deve ser trabalhado em sala de aula, bem como meios de valorizar a cultura e a identidade camponesa. Em alguns casos, porém, a educação do campo é vista como uma simples adaptação da educação urbana, o que acarreta a negação da identidade camponesa. Para Moreira (2005, p. 11),

(...) a educação oferecida pelo poder público para os povos do campo não tem favorecido o processo de desenvolvimento e emancipação desses sujeitos, ao contrário, tem contribuído para sua sujeição da identidade camponesa.

Quando tratamos da educação de ensino fundamental oferecida no campo, estamos trabalhando a formação da identidade camponesa nas crianças, se esta educação oferecida de fato valorizar a identidade e a cultura local a criança terá uma identidade formada e trabalhada desde cedo, o que fortalecerá o seu laço com a comunidade em que vive, caso contrário, para a criança será um motivo de vergonha morar na área rural.

Sabemos, no entanto, que na maioria dos casos, a educação oferecida na zona rural para a população que ali reside é falha, e muitas vezes, o que é ainda pior, esta educação tão pouco é oferecida, mas, sabemos também que existem casos em que mesmo se tendo escolas na zona rural as crianças são levadas por seus pais ou responsáveis à se deslocarem para escolas da zona urbana, mesmo tendo que enfrentar situações como: o deslocamento em ônibus escolares superlotados, o desgaste físico das crianças por terem que percorrer desconfortavelmente um percurso diário de 16 a 20 km para poderem chegar até a escola, entre outras.

Neste contexto, pretende-se analisar a emigração das crianças do ensino fundamental I das escolas da zona rural para as escolas da zona urbana no município de Pilões, buscando entender as principais causas e consequências deste fenômeno, pois nota-se de forma nítida que neste município muitos pais preferem passar uma tarde, ou uma manhã inteira, à espera de seus filhos para poder lhes proporcionar o ingresso nas escolas da zona urbana, o que vai acarretar uma superlotação das escolas que recebem estas crianças, e, por outro lado, o fechamento de muitas escolas da zona rural pela pouca quantidade de alunos.

Pilões é um município brasileiro, localizado no estado da Paraíba, composto atualmente por uma média de 7.000 habitantes (Dados do IBGE), dispõe de dezesseis escolas públicas. Desse total quatorze pertencem à rede municipal e duas da rede estadual. Destas quatorze (14) da rede municipal, 13 possuem ensino fundamental I e uma (1) contempla os alunos do ensino fundamental II e destas 13 que possuem ensino fundamental I. A maioria está localizada na zona rural, em distintas comunidades¹.

O objetivo geral com esta pesquisa foi compreender o que está posto no imaginário da população do campo do município de Pilões/PB, uma vez que estes tem demonstrado uma repulsa em relação às escolas do campo, provocando um esvaziamento destas e um super povoamento das escolas urbanas.

Para melhor complementar nosso estudo definimos também alguns objetivos específicos: 1. Analisar o processo desenvolvido pelo município para fechamento das escolas do campo, à luz do que diz a LDB 9394/96, 2. Compreender os argumentos dos pais para a escolha pela emigração das crianças do campo para a cidade e 3. Identificar os instrumentos utilizados pelos professores das escolas do campo para trabalhar a questão da identidade camponesa com as crianças que ainda permanecem nas instituições camponesas. .

Considerando que o estudo foca no ensino fundamental I, e este nível é composto, em sua maioria, por crianças que ainda não são emancipadas para tomar suas próprias decisões e são governadas por seus pais, apresentamos as questões centrais que nortearão a nossa pesquisa, sendo os pais os principais informantes: a) Porquê a necessidade da migração destas crianças para as escolas da zona urbana, tendo em vista que a maioria das comunidades possuem escolas de nível fundamental I? ;b) A educação oferecida nas escolas do campo é inferior à educação oferecida nas escolas da zona urbana?; c) Trata-se de “um olhar desacreditado (se não preconceituoso)” dos pais destas crianças para com a educação oferecida no campo? d) Quais as consequências (causas e efeitos) deste deslocamento?

O presente trabalho justifica sua importância na necessidade de compreender o porquê de as escolas do campo estarem passando por este processo de eliminação, sendo fechadas, ao mesmo tempo em que as crianças do campo passam a ser submetidas a um

¹ Dados fornecidos pela secretaria municipal da educação local.

processo educacional urbano e porque a comunidade responde a este fechamento aparentemente de forma positiva. Esta compreensão permite uma revisão das políticas públicas em relação ao homem do campo e sua história de luta e conquistas. Permite ainda encontrar dados importantes sobre as ideias de professores e pais, bem como a compreensão do pensar e fazer da secretaria da educação sobre as políticas da educação do campo.

Para embasar nossa discussão buscamos traçar elencar dados sobre o processo histórico pelas lutas por uma educação do campo de qualidade, buscando as leis que a regem, as lutas que foram travadas pelos movimentos sociais para que a educação do campo chegasse ao nível que hoje se encontra, para tanto utilizamos autores como Freire (1989), Moreira (2014), Passador (2006), buscando enfatizar os principais acontecimentos históricos e diferenciar a educação do campo da educação rural.

Para concretizar a pesquisa, os métodos utilizados, os procedimentos e os materiais utilizados foram: entrevista com pais, professores e secretário de educação do município de Pilões-PB, análise de documentos (ata da reunião do Conselho Municipal de Educação), livros e artigos para a fundamentação teórica.

O resultado desta pesquisa será disponibilizado como uma amostra das causas do deslocamento destas crianças e também como um alerta para as comunidades que já tem suas unidades escolares destinadas a serem fechadas nos próximos anos.

O presente trabalho está estruturado em 05 capítulos. No primeiro buscamos fazer a introdução expondo as principais ideias que serão abordadas. No capítulo 2, buscamos situar o leitor em relação à caracterização do campo de pesquisa, onde o objetivo foi delimitar a amostra. O capítulo 3 apresenta o caminho metodológico que foi percorrido, e está dividido em três sub tópicos: 3.1. As hipóteses levantadas em relação à nossa problemática central; 3.2. Os objetivos que traçamos para o decorrer desta pesquisa, no 3.3. O tipo de pesquisa que utilizamos durante o processo de construção deste trabalho. O capítulo 4 trata da Justificativa desta proposta de pesquisa, onde se busca expor os principais motivos que nos levaram a escolher trabalhar tal problemática. Neste, o sub tópico 4.1. Situa o leitor sobre a nossa problemática central. O capítulo 5, apresenta a fundamentação teórica com o objetivo de trazer visões de diferentes pesquisadores a cerca da educação do campo, sua legislação, e como está atualmente. Este capítulo está estruturado da seguinte forma: de início há uma

preocupação em expor conceitos sobre o que é educação do campo, e posteriormente há uma divisão de ideias em sub tópicos complementares: 5.1. elenca as diferenças existentes entre educação do campo e educação rural, o 5.2. aborda as lutas sociais pela educação do campo e o 5.3. relata um pouco sobre a educação do campo no município de Pilões-PB.

Por fim, o capítulo 6, aponta os dados coletados. Busca-se a apresentação de uma análise à cerca dos dados coletados durante nossa pesquisa, sobre as visões dos entrevistados e sobre o processo de fechamento das escolas do campo. Este capítulo está dividido em dois sub tópicos: 6.1. que trata das opiniões dos envolvidos e o 6.2. que trata do processo de fechamento das escolas do campo no município de Pilões.

Em seguida trazemos as nossas considerações finais, buscando evidenciar a contribuição do nosso trabalho para a comunidade, as referências das nossas fontes de pesquisa, os apêndices e anexos.

2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no município de Pilões, município brasileiro, localizado no estado da Paraíba; composto atualmente por uma média de 7.000 habitantes e localizado a 123 km da capital Paraibana. Sua economia baseia-se na produção agrícola, tendo destaque para a produção de banana e de flores. Atualmente dispõe de dezesseis escolas públicas. Desse total quatorze pertencem à rede municipal e duas à rede estadual.

Das quatorze (14) escolas pertencentes à rede municipal, 13 possuem ensino fundamental I e uma (1) contempla os alunos do ensino fundamental II e destas 13 que possuem ensino fundamental I, 10 são localizadas na zona rural, em distintas comunidades. As unidades da rede estadual são localizadas na zona urbana, uma delas contempla o alunado do ensino fundamental I e II, e a outra, contempla os alunos dos anos finais do fundamental II e os alunos do ensino médio.

O foco desta pesquisa foram as escolas das comunidades rurais Cantinhos, Ouricuri e Rio do Braz. A opção por pesquisar a comunidade de Cantinhos se justifica no fato de que tal comunidade ainda tem escola em funcionamento. Apesar disto, muitos pais optam pelas escolas urbanas o que provoca um esvaziamento parcial da escola do campo e a conseqüente formação de turmas multisseriadas. A comunidade Ouricuri foi escolhida porque, embora tenha unidade escolar construída, esta se encontra desativada. A desativação ocorreu devido à ausência de alunos, embora a comunidade disponha de várias crianças em idade escolar. Tais crianças, no entanto, também se encontram matriculadas nas escolas urbanas. A comunidade de Rio do Braz, por ter uma unidade escolar que funcionou até o início do ano de 2018, no entanto, segundo a secretaria de educação, por falta de alunado suficiente foi fechada, pois se tornou inviável financeiramente e pedagogicamente o seu funcionamento.

Partiu-se da necessidade de compreender as distintas opiniões destes pais em relação à educação do campo, buscando entrevistar tanto aqueles que já deslocaram seus filhos das escolas do campo para a cidade, como outros que ainda optam pela permanência de seus filhos nas escolas de suas comunidades, para assim podermos entender qual a percepção identitária que estes pais tem da educação oferecida no campo.

Em relação aos professores, optamos por entrevistar professores de quatro comunidades, Cantinhos, onde a escola ainda está funcionando, Pau D'arco, onde a escola também funciona com uma boa quantidade de alunos, Rio do Braz, onde a escola funcionou até o início de 2018 apenas com uma turmas multisseriadas, e foi fechada com a justificativa da pouca quantidade de alunos, e da Comunidade de Avarzeado, onde a escola funciona com poucos alunos e também corre o risco de fechar.

Buscamos entrevistar professores que sempre lecionaram nas escolas do campo, com o intuito de entender qual a visão deles em relação à educação oferecida nas escolas do campo e também buscando identificar se veem como importante a permanência das crianças do campo nas escolas de suas comunidades.

Com a Secretaria de Educação buscaremos informações mais técnicas, sobre a Prática Pedagógica de sua rede de ensino e sobre as ações realizadas para a valorização da educação do campo, escolhemos entrevistar a secretaria de Educação por entender como importante a identificação de suas ações.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

Desde sua origem, o movimento social associa a luta pela reforma agrária com outras dimensões entre elas a educação, exigindo políticas públicas e ações efetivas, para a diminuição da desigualdade social. A Educação do Campo tem sua origem nas lutas sociais mais gerais por educação, reforma agrária e das relações antagônicas entre os movimentos sociais e o Estado, entre trabalhadores/camponeses e burguesia agrária. Portanto, estes movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no campo, se situam dentro da história da luta de classe se contrapondo ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, na medida em que este não atende as suas reivindicações do direito aos bens produzidos ao longo da história.

A problemática da escolarização do campo da qual trata esta pesquisa, toma como foco a Educação com qualidade, acessível a todos do campo, no campo, e busca romper com uma historicidade de se negar aos trabalhadores do campo esse direito de acesso ao conhecimento, crescimento e participação como sujeitos de construção da história do nosso país. Neste sentido cabe perguntar quais as possibilidades de avanços no projeto educacional no campo do município de Pilões/PB, frente às propostas de políticas públicas da educação local.

A partir da problemática apresentada, delimitamos a pesquisa a partir da caracterização das relações entre Estado e a caracterização da política de educação do campo, analisando contradições e possibilidades de avanços no projeto defendido pelos movimentos de luta social no campo e tomando por base a realidade do município de Pilões/PB. .

3.1. HIPÓTESES

Com base neste problema de pesquisa levantamos as seguintes hipóteses:

1. Qualquer possibilidade de avanço do projeto educacional passa: pela intensidade da luta pela terra e pelas conquistas das reivindicações históricas do conjunto dos trabalhadores do campo que dão sentido identidade do homem do campo.
2. A ausência de uma intervenção forte e articulada da escola do campo dificulta a formação de uma identidade do campo fortalecida e permite a formação de ideias negativas subalternas, que recusam sua própria condição de homem ou mulher do campo.

Desse modo a presente pesquisa reafirma a necessidade de uma Educação do Campo desenvolvida a partir de políticas que propiciem o acesso ao conhecimento necessário para o avanço da reforma agrária, para o projeto de desenvolvimento humano das comunidades envolvidas e para a emancipação da classe trabalhadora.

3.2. OBJETIVO

O objetivo deste estudo é compreender o que está posto enquanto ideia da população do campo do município de Pilões/PB, uma vez que estes tem demonstrado uma repulsa em relação às escolas do campo, provocando um esvaziamento destas e um super povoamento das escolas urbanas.

A questão central da pesquisa é: Quais os principais motivos que levam os pais dos alunos do campo do município de Pilões/PB, a rejeitar as escolas de sua comunidade e provocarem a migração de seus filhos para as escolas urbanas?

Em relação aos objetivos específicos teremos:

1. Analisar as políticas públicas do município para as escolas do campo.
2. Compreender os argumentos dos pais para a escolha pela emigração das crianças do campo para a cidade.
3. Identificar os instrumentos utilizados pelos professores das escolas do campo para trabalhar a questão da identidade camponesa com as crianças que ainda permanecem nas instituições camponesas.

As questões subjacentes a estes objetivos são as que seguem:

1. Qual a visão da unidade gestora local em relação à educação do campo? Que políticas estão sendo postas em pratica para o setor?
2. Porque os pais preferem as escolas da zona urbana, mesmo diante de todos os entraves que devem ser superados no traslado até a cidade?
3. Como os professores veem a educação do campo? Que instrumentos e práticas utilizam para a atuação nas escolas do campo?

3.3.TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa de campo, segundo Fonseca, 2002, a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.), ou seja, nela irei extrair dados e informações diretamente da realidade através de técnicas de coleta, como entrevistas e questionários para poder dar resposta a um questionamento.

Na coleta de dados utilizamos: 1. Entrevistas realizadas com pais, professores e secretário da educação sobre a educação do campo e sobre as políticas de educação do campo local. Esse instrumento permitiu compreender o que pensam os entrevistados sobre a educação do campo. 2. Análise documental: tratou da análise da legislação e das políticas que direcionam a educação do campo local e do processo de fechamento das instituições locais.

O grupo entrevistado foi composto por cinco (5) pais, cinco (5) professores e pelo Secretário da Educação do município de Pilões na Paraíba. Os procedimentos utilizados permitiram o posicionamento dos sujeitos da pesquisa. Cabe ressaltar que os objetivos da pesquisa foram explicados com clareza para que fosse possível estabelecer um elo de confiança entre todos. A entrevista foi o principal instrumento de coleta de dados desta pesquisa. Cabe evidenciar que os entrevistados assinaram o termo de livre consentimento esclarecido, conforme as regras de elaboração do TCC.

4. JUSTIFICATIVA

Este estudo concebe a educação como prática social, que implica nas relações e reflete a base material e todas as determinações do modo de produção. Assim toda educação é posicionamento de classe sendo necessário tratar a escolarização vinculada à luta de classe. Se por um lado a escola aparece como espaço para apropriação do conhecimento elaborado pela humanidade e de formação humana de modo a ser instrumento de transformação das desigualdades sociais, por outro, continua desenvolvendo sua função de reprodutora da ideologia da classe dominante e espaço para desenvolver competências para assegurar a existência do sistema capitalista baseado na exploração da natureza e na exploração do trabalho humano.

Neste contexto a educação rural sempre foi estigmatizada com um caráter subalterno. Para Lefbvre (2001, p. 39), o capitalismo se constituiu a partir do imaginário que conferia uma centralidade da cidade na oposição com a noção de campo. Para ele

O campo, em oposição à cidade, é a dispersão e o isolamento. A cidade, por outro lado, concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade. É assim porque "a existência da cidade implica simultaneamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunal, portanto, da política em geral" (LEFBVRE, 2001, p. 49).

As ideias que historicamente povoam a mente das pessoas, mesmo as que vivem no campo traz esses traços de subalternidade, de inferioridade, embora as conquistas na área sejam resultado de lutas sociais de pessoas que fogem desta lógica. Situando na história, o Movimento de Educação do Campo tem sua origem na experiência de camponeses organizados em movimentos sociais e sindicais com envolvimento diferenciados na luta de classe, tendo em comum a unidade na luta contra o capital, a luta pelo direito à terra, ao trabalho, e ao conhecimento. As diferenças se constituem na forma e no conteúdo das proposições, nas táticas e estratégicas circunscritas à luta pela terra realizada por cada movimento, no nível da organização política, concepção de sociedade e, principalmente como se estabelecem e como compreendem sua ação prática e política, avanços e recuos da educação do campo a partir das determinações da realidade do modo de produção capitalista que as produziu.

A partir das questões “*O que impede a concretização da educação do campo com qualidade às famílias que vivem e trabalham no campo?*” e “*Porque as famílias do campo abrem mão da educação no campo e matriculam seus filhos na escola urbana?*” buscamos investigar o processo de migração dos alunos do campo para a cidade no município de Pilões na Paraíba. Apesar de as famílias terem consciência da luta dos camponeses para que a educação no campo historicamente se tornasse realidade nas áreas que vivem e trabalham, é fato que a escolha pela educação urbana parece soar como status, enquanto que o contrário, parece representar algo negativo.

4.1. SITUANDO O PROBLEMA...

Em muitas comunidades no município de Pilões as escolas de ensino fundamental I estão sendo fechadas por falta de alunos, quando nestas mesmas comunidades existem um número significativo de alunos que estariam nesta faixa etária. Neste contexto, busca-se entender o porque de muitos pais estarem deixando de matricular seus filhos nas escolas da sua comunidade para buscarem escolas da zona urbana, escolas estas que por muitas vezes estão já superlotadas e não comportam de maneira eficiente todas as crianças.

É importante ainda ressaltar que estas crianças estão expostas a perigos diários, pois as crianças são levadas por seus pais a se deslocarem para as escolas da zona urbana mesmo tendo que enfrentar situações como ônibus escolares superlotados, ônibus estes que muitas vezes estão em má qualidade por percorrerem trajetos árduos, estradas perigosas que em períodos chuvosos ficam praticamente intransitáveis, o que ainda faz com que os pais percorram com seus filhos longas distancias para poderem chegar a via principal, lugar até onde o ônibus consegue ir em períodos de chuva, para poderem assim deslocar-se até a cidade.

Outro ponto importante a ser citado é a questão do desgaste físico das crianças e de seus pais, pois precisam percorrer diariamente um percurso que tem em media entre 9 à 10 km para chegarem à escola e os pais destas crianças ainda precisam ficar um turno inteiro à espera de seus filhos, isto tudo para poder lhes proporcionar o ingresso nas escolas da zona urbana.

Ressalta-se aqui o fato de que estes mesmos pais estudaram nas escolas de suas comunidades, escolas estas que hoje muitos se recusam a matricular seus filhos. Cabe

evidenciar que enquanto pesquisadora conheço a dinâmica da escola do campo, já que nela estudei durante anos. Por outro lado, é perceptível que o problema pode não estar somente na qualidade da educação que é oferecida nas escolas das comunidades rurais. A hipótese que aqui se levanta é a de que essa tendência de abandonar a escola do campo e integrar o mais cedo possível os filhos nas escolas urbanas tem haver com o preconceito sofrido pelas pessoas oriundas do campo e com a ideia de subalternidade que povoa o imaginário dessas pessoas.

Diante de todos estes fatos, é importante entendermos o que de fato causa a saída tão precoce destas crianças das escolas das comunidades rurais do município de Pilões, pois este fato causa cada dia mais o fechamento das escolas do campo, escolas estas que são fruto de lutas e conquistas destas comunidades e que agora, em muitos casos, encontram-se totalmente abandonadas, esquecidas por sua própria comunidade. Em contra partida, as escolas que existem na zona urbana encontram-se extremamente lotadas, tendo que abrigar de forma precária, às vezes até insatisfatória, as crianças da zona urbana e da zona rural. Ressalta-se aqui a questão da desvalorização da identidade local, e a percepção de esfacelamento da história do homem do campo na construção da educação local. Desta forma, a luta pela educação e pelos direitos básicos está sendo esquecida, desvalorizada por esta nova geração, que de certa forma, são influenciados por seus pais que não demonstram o tamanho da importância destas lutas.

É importante ainda indagarmos sobre o que o poder público tem feito em relação a esta situação, se o município tem buscado meios de incentivar estes pais a manterem a permanência destas crianças nas escolas do campo, se tem buscado políticas públicas que visem a manutenção e a melhoria das escolas e por consequência da educação oferecida no campo. Outra questão importante neste contexto é se as escolas trabalham as potencialidades locais com estas crianças, pois a zona rural de Pilões destaca-se pela sua produção agrícola e floral, e muitas vezes estes fatos passam despercebidos aos olhos da escola. Este fato, por exemplo, poderia resultar na construção de uma identidade economicamente forte, que conduzisse à liberdade econômica e ao fortalecimento da população local.

Em suma, diante deste contexto apresentado, como já informado, busca-se entender o porquê de os pais estarem, de forma cada dia mais frequente efetuando o deslocamento das crianças do fundamental I das escolas do campo para as escolas da

zona urbana, bem como identificar quais e se o município tem buscado meios de incentivar e garantir a permanência destas crianças nas escolas do campo, para que, com estas respostas possa alertar tanto os pais quanto o município para a importância da permanência destas crianças do campo nas escolas do campo, para o fortalecimento da identidade camponesa e para a valorização das histórias, das lutas e das potencialidades locais.

5. O QUE É EDUCAÇÃO DO CAMPO?

A educação do campo é um modelo de educação desenvolvida para as populações que residem em áreas rurais, buscando fazer uma ligação entre a realidade e o que deve ser trabalhado em sala de aula, buscando ainda meios de valorizar a cultura e a identidade camponesa. Nesta perspectiva, cabe afirmar que a educação do campo não é uma mera adaptação da educação urbana. Ela deve ser pensada, planejada e desenvolvida de modo que as especificidades dos educandos sejam respeitadas e sejam tomadas como um fator relevante no desenvolvimento das atividades de aprendizagem.

Um traço importante que a educação do campo deve abordar é a valorização da cultura local, como meio de fazer com que os educandos compreendam e valorizem o contexto em que vivem a partir de um trabalho que tem por base as histórias de luta de sua comunidade e a ênfase nas vitórias alcançadas. Ao mesmo tempo é necessário desenvolver nas crianças o senso crítico, de modo a ajudá-las a perceber a importância do conhecimento para guiar as ações de resistência e de conquistas. Faz-se necessário ainda desmistificar a ideia de submissão das crianças que residem na zona rural em relação aos moradores da cidade, e nesta perspectiva a escola do campo deve ser uma agente de transformação, deve oferecer uma educação que não mascare a realidade, mas que acima das dificuldades ela evidencie as potencialidades das comunidades rurais, nessa perspectiva, ela vai trabalhar com a realidade local, valorizando e enfatizando suas potencialidades, como nos afirma Caldart (2011, p. 110):

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito.

Deste modo, a educação do campo vai trabalhar, além dos conteúdos programados, a valorização da identidade camponesa e da história e cultura local, buscando despertar nos educandos a curiosidade de saber mais sobre a sua comunidade, a sede de poder evidenciar as potencialidades que existem naquela região, o desejo de não permitir que a história daquele local seja esquecida e, de forma ainda mais enfática, o desejo de buscar melhorias para aquele local.

5.1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL: EXISTE DIFERENÇA?

Para podermos entender melhor o que de fato é educação do campo, faz-se necessário enfatizar que ela não é uma continuidade da educação rural, pois como afirma Simões & Torres (2011, p. 02-03) a educação rural diferencia-se pelo fato de ser uma mobilização em favor de levar o ensino às populações rurais, seja ele em salas multisseriado com professores para atender alunos de séries e idades diferentes, ou pela dificuldade de deslocamento de muitos professores, por isso não têm formação adequada, portanto, uma educação fundamentada somente no aprendizado do ato de ler, escrever e fazer conta.

Como nos afirma Souza (2014), a origem da chamada “educação rural” no Brasil data de 1889, com a Proclamação da República, quando foi instituída a pasta da Agricultura, Comércio e Indústria, que dentre suas atribuições deveria atender estudantes do campo. Entretanto, essa pasta foi extinta entre 1894 e 1906. “Foi reimplantada em 1909, como instituição de ensino para agrônomos” (PASSADOR, 2006). Para Leite (1999), o governo republicano pretendia modernizar o País e acreditava que a educação seria uma das formas de levá-lo ao desenvolvimento socioeconômico, então forçou os fazendeiros a abrirem escolas em suas fazendas. Foi assim que se iniciou a escola no campo.

Podemos perceber que a educação rural, em muitos casos, trata de uma mera adaptação da educação oferecida na zona urbana, desconsiderando toda e qualquer especificidade local, trabalhando apenas a aprendizagem do ler, do escrever e do fazer contas. Trata-se de uma prática educativa sem um cunho social, deixando de lado o desenvolvimento da criticidade do aluno e a valorização da cultura local.

Dessa forma, é apenas reforçada na educação rural a ideia de que o urbano deve ser tratado como um parâmetro de qualidade, e o que se oferece no campo em termos de educação, é apenas o mínimo, sem o interesse ou preocupação de fazer com que aquela população desenvolva meios de melhorar a condição de vida e de permanência nas comunidades rurais. Dessa forma evidencia-se a ideia de necessidade de saída do campo para poder se ter uma melhor perspectiva de futuro, pois, neste contexto, o campo seria uma realidade a ser deixada para trás. Para Moreira (2014, p. 11),

Historicamente, as políticas públicas destinadas às escolas rurais têm tratado o campo como uma realidade em desaparecimento, colocando o urbano como

parâmetro e o rural como adaptação, prática que só reforça uma situação que favorece a saída dos jovens do campo para as cidades. Dessa forma, a escola não tem sido reconhecida como um espaço de valorização da cultura camponesa, assim como um local de discussão sobre alternativas de desenvolvimento social e local para as comunidades camponesas, nas quais as escolas estão inseridas, ao contrário, as instituições escolares se colocam em completo distanciamento dessas comunidades, apesar de estarem cotidianamente presentes nos territórios camponeses.

Em suma, a educação rural trata-se da mera adaptação da educação que é oferecida nas escolas urbanas, enquanto que a educação do campo traz em seu bojo uma questão mais ampla, onde o processo de alfabetização dá-se em conjunto com o processo de democratização das crianças.

Ao contrário da educação rural, a educação do campo é proposta de diversos movimentos sociais ligados ao campo, por isso, quando se fala em educação do campo é inevitável não pensar em lutas sociais, trabalhadores como protagonistas e sujeitos das ações pedagógicas. Desse modo, o campo não é somente o contrário de urbano, mas um lugar de inúmeras possibilidades. (MACHADO, 2017, p. 1826)

Na educação do campo, à medida em que se trabalha os conteúdos programados para determinado nível escolar, também vai se trabalhar a cultura, a história e as lutas daquela determinada comunidade, buscando meios de se contextualizar a educação que está sendo oferecida, utilizando recursos que nascem da própria realidade dos alunos. Desta forma, além de valorizar a cultura local, o aprendizado será mais interessante, pois as crianças poderão interligar a teoria com a prática dando sentido ao que aprendem, bem como enfatizando a questão das potencialidades e identidade camponesa.

5.2. AS LUTAS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Embora o Brasil seja um país de origem agrária, percebemos que a preocupação com a educação para as populações que residem no campo ainda é algo muito novo, que está começando a se estruturar, como podemos ver nas DCN's para a educação básica no campo:

A preocupação com a Educação do Campo é recente no Brasil, embora o País tenha tido origem e predominância agrária em boa parte de sua história. Por isso, as políticas públicas de educação, quando chegaram ao campo, apresentaram-se com conceitos urbanocêntricos: a escola rural nada mais foi do que a extensão no campo da escola urbana, quanto aos currículos, aos professores, à supervisão.

É fato que a educação no Brasil sempre foi tratada com um enorme descaso. Percebe-se até os dias atuais que a educação ainda é vista como um gasto e não como um investimento. Quando tratamos de educação do campo não é diferente, na realidade é algo muito mais grave. Para Souza (2014, p. 100)

A educação do campo foi considerada, ao longo da história do Brasil, como fator de mobilidade e civilidade e funcionou de forma precária, estando sempre a serviço dos grupos detentores do poder e dos interesses externos em cada época.

A afirmação acima pode tomar como exemplo o período colonial, onde a “educação jesuítica caracterizada por difundir a fé católica era destinada somente para as classes dominantes” (SOUZA, 2014, p.100). No período de 153 a 1580, a educação, com uma concepção elitista, esfacelada, de “aulas avulsas”, que “excluía da escola os camponeses, os negros, os índios e quase a totalidade das mulheres (sociedade patriarcal), gerou inexoravelmente, um grande contingente de analfabetos”, porque a economia “semifeudal e semicolonial” não necessitavam sequer da educação primária. Segundo Freire (1989, p. 57), neste contexto “o Estado se encarregou de manter apenas a instrução superior com o objetivo de referendar a posição social, política e econômica da classe dominante”.

Como já afirmado anteriormente, a luta pela educação do campo é marcada por muitos desafios. É um processo longo que teve seu início nos anos 20, porém nesta época, marcada por uma educação que visava apenas a alfabetização dos moradores das áreas rurais, que era a chamada educação rural. Somente a partir da década de 80 é que esta luta toma uma maior proporção, caracterizando-se não somente pela alfabetização dos moradores das áreas rurais, mais buscando meios de ir mais além, enfatizando os direitos dos camponeses, as potencialidades das comunidades rurais, e a possibilidade de formatação de uma prática pedagógica que não alienasse o camponês e o fizesse superar a ideia de que apenas a área urbana seria capaz de oferecer uma educação de qualidade e uma possibilidade de um futuro melhor. Para alcançar a ideia que subjaz à educação do campo que hoje existe, foram necessárias muitas lutas, e neste tocante, os movimentos sociais foram e estão sendo fundamentais. Sobre isso Moreira (2014, p. 38) afirma que

A luta pela educação sempre fez parte das reivindicações dos movimentos sociais do campo.[...] A origem do Movimento pela Educação do Campo remonta às propostas educativas para o meio rural, criadas pelos movimentos sociais no início da década de 1960. Interrompidas no período da ditadura

militar, essas propostas foram resgatadas pelos movimentos sócias da década de 1980, que se articularam em prol de políticas públicas específicas para os sujeitos do campo.

Embora os movimentos sociais sempre tenham lutado pela garantia da educação do campo, esta modalidade sempre ficou em segundo plano enquanto política educacional de Estado, e isto sempre se deu por causa da forte influência que o latifúndio exerce em nosso país e também por causa da matriz escravista existente.

A educação do campo, ao longo da história educacional brasileira, sempre esteve relegada ao segundo plano. Um fato que ilustra bem essa realidade é que o Brasil mesmo sendo um país fortemente caracterizado por uma realidade agrária, desde o seu descobrimento não contemplou em seus textos constitucionais a temática da educação rural. Vejamos, por exemplo, as Constituições de 1824 e 1891, nestas duas cartas a educação rural não foi mencionada. (MOREIRA, 2014, p.39)

Passou-se um logo processo até que a educação rural fosse de fato contemplada na história do Brasil, nos textos constitucionais ela só foi de fato contemplada em 1934, neste momento o Brasil passara por uma importante renovação, com reflexos positivos desta situação.

Momento histórico marcado pela elaboração do “Manifesto dos Pioneiros”. Neste contexto de importante debate educacional a educação rural foi assim expressa na Constituição no artigo 156, parágrafo único. “Para realização do ensino nas zonas rurais, parágrafo respectivo no anual. (MOREIRA, 2014, p.40)

Na década de 1940 houve a promulgação da Constituição de 1946, onde foram reafirmados os princípios presentes na Carta Magna de 34, continuando em sintonia com os valores dos “Pioneiros”. As lutas dos movimentos não paravam. Havia uma busca por uma educação que fosse além do sentido mais restritivo da palavra, com a construção de um projeto que apresentasse um comprometimento maior com a identidade, condições de vida e de trabalho. Esse projeto se fortaleceu com a Constituição Federal de 1988. Segundo Moreira (2014, p. 41).

Com a Constituição de 1988, e a garantia da educação como direito de todos e dever do Estado, também a educação dos povos e populações do campo encontra espaço legal para ser reivindicada como direito, fundamentando na condição básica de direito de seus sujeitos: camponeses e camponesas.

Com a inclusão da educação do campo na Constituição Federal a população passou a ter um respaldo legal para poder reivindicar uma educação de qualidade, e os avanços começaram a surgir, a exemplo da inserção da educação do campo na LDB-

Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, quando são assegurados direitos essenciais. Para Moreira, (2014, p. 41-42)

[...] após a Constituição de 1988, outro marco importante a ser considerado nessa trajetória foi a promulgação da Lei 9.394/96 _ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A temática da educação do campo ganha mais força na sociedade, a partir do que foi assegurado no artigo 28, o qual estabelece que, na oferta da educação básica para a população rural, destacando a questão da formação dos educadores, dos conteúdos, calendário escolar e adequação à natureza de trabalho rural, de modo a possibilitar a construção de uma educação que fortaleça a cultura e a identidade local-camponesa.

Nesta perspectiva histórica, percebe-se a necessidade de se pensar políticas voltadas para o desenvolvimento da educação do campo e não para a adequação da educação urbana na zona rural. Além da CF de 1988 e da LDB de 1996, o PNE de 2001/2010 traz a questão da educação do campo, ainda que de forma singela. Em suas diretrizes o PNE 2001/1010 aponta que:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e sazonalidade. (PNE, 2001-2010)

Neste contexto, a educação do campo começa a ter uma maior ênfase, pois através de muitas lutas, ela passa a ser vista não como uma sobra da educação oferecida na zona urbana, mas como um direito que deve ser respeitado. A partir desses marcos, volta-se uma visão mais ampla para a educação do campo, no PNE 2014/2024, a temática da educação do campo ganha um maior espaço, e este já traz algumas perspectivas de melhorias, se analisarmos as estratégias que estão planejadas:

1.10 Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.

2.6 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

2.10 Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.

3.7 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.10 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de

adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

4.3 Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.

5.5 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.

6.7 Atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.

7.13 Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.14 Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.27 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os(as) alunos(as) com deficiência. (BRASIL, PNE, 2014)

Outro avanço importante, que devemos lembrar, são as DCN's para a educação básica no campo, que ressalta mais uma vez a importância de se trabalhar a valorização e preservação da cultura local.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos arts. 23, 26 e 28 da Lei nº 9.394/96, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

O texto das DCN's para a educação básica no campo também ressaltam a importância da criação de políticas públicas que visem o melhoramento não só da educação ofertada no campo, mas também da vida da sociedade camponesa como um todo, visando assim a permanência do homem no campo, mas também a possibilidade de descobrir novos horizontes, ou seja, a possibilidade de uma realização social de forma completa.

Uma política pública adequada à Educação do Campo necessita, desde logo, a adoção de ações conjuntas de colaboração e cooperação entre as três esferas do Poder Público – União, Estados (mais o Distrito Federal) e Municípios, com a finalidade de se expandir a oferta de Educação Básica que viabilize a

permanência das populações rurais no campo. Não se trata, é claro, da idéia errônea de pretender fixar o homem rural no campo, uma vez que o processo educativo deve criar oportunidades de desenvolvimento e realização pessoais e sociais; trata-se, entretanto, de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria sob vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas, enfim, construir uma Política Nacional de Educação do Campo. Em outras palavras: o que se deseja é que a Educação do Campo não funcione como um mecanismo de expulsão das populações camponesas para as cidades, mas que ofereça atrativos àqueles que nele desejarem permanecer e vencer (BRASIL, 2013, p. 270) .

Percebemos que a educação do campo passa a ter um maior espaço nas leis que regem o nosso país, e passa a ser vista como uma ferramenta de valorização da cultura das comunidades rurais, mas ainda é fato que as escolas do campo continuam a adotar as velhas práticas da educação rural e muitas não conseguem trabalhar a verdadeira proposta da educação do campo, o que tem se convertido em um grande problema, acarretando inclusive no fechamento de várias unidades. Como já dito no início deste trabalho aparentemente ainda persiste a ideia de que a educação urbana é parâmetro a ser perseguido e as famílias internalizam esta ideia, motivo pelo qual há um esvaziamento das unidades do campo e seu conseqüente fechamento. É o que tem ocorrido no município alvo desta pesquisa

5.3. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PILÕES/PB

No município de Pilões/PB a educação é ofertada tanto na zona urbana quanto na zona rural, o município conta atualmente com sete escolas localizadas nas zonas rurais do município, um número que vem caindo anualmente, pois no ano de 2017 existiam dez unidades em funcionamento, onde, em 2018, três delas precisaram ser fechadas, segundo a secretaria de educação, por falta de alunos e por tornar-se inviável financeiramente e pedagogicamente a manutenção destas escolas. Ainda segundo a representante da secretaria de educação do município, algumas das escolas existentes são marcadas por salas de aula multisseriadas, devido a pouca quantidade de alunos matriculados, o que pode comprometer a qualidade da educação oferecida, visto que, para o professor vai ser algo muito mais complicado trabalhar com alunos de diferentes níveis em uma única sala.

A questão das turmas multisseriadas pode comprometer de forma significativa a qualidade da educação oferecida uma vez que o professor precisa dar conta de várias séries e interesses distintos em um mesmo momento didático, o que se torna inviável.

Não se pode comparar a realidade de uma sala de aula com apenas alunos de uma mesma série e a realidade de uma sala de aula onde se encontram além de distintas realidades, várias séries, pois até pode-se de fato trabalhar com salas de multisseriado, mas se faz necessário um maior apoio pedagógico para o professor, e este fenômeno faz com que muitos pais se recusem a matricular seus filhos nestas escolas, pois acreditam que esta prática pode influenciar negativamente na aprendizagem de seus filhos.

Mas este não é o único problema encontrado, percebemos que ao decorrer dos anos, a educação ofertada às comunidades rurais tem sido cada vez mais escassa, e tem se tornado cada vez mais desacreditada, uma vez que, nas poucas comunidades que ainda existem escolas, muitos pais relatam que percebem uma maior desvalorização desta educação, tanto no sentido da questão da infraestrutura, que segundo alguns pais, é alvo de menos investimentos nas comunidades rurais.

A falta de recursos materiais didáticos também é algo que influencia na qualidade da educação ofertada, segundo relatos de professores das escolas das comunidades rurais, não se é disponibilizado materiais que possam facilitar o trabalho do professor, dessa forma, o professor tem que buscar outros meios, às vezes, de forma muito frequente, se tem a necessidade de retirar de seu próprio salário para comprar materiais simples de uso diário para a realização de suas aulas.

Nos relatos de ex-alunos das escolas das comunidades rurais percebemos que a falta de recursos é algo que acontece desde sempre, percebemos também que a preocupação da qualidade da educação ofertada no campo é algo que vem sendo cada dia menos valorizada.

Este quadro faz com que o município perca quando se trata da qualidade da educação oferecida no campo, pois percebemos que ela vai ser caracterizada como uma educação rural, ou seja, uma mera adaptação da educação oferecida na zona urbana, onde vai se acontecer o fenômeno da emigração das crianças para as escolas de nível fundamental de forma cada dia mais frequente, pois é cada vez mais nítida a falta de credibilidade depositada na educação ofertada nas comunidades camponesas no município .

6. TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

Como já citado o objeto desta pesquisa é o processo de emigração das crianças das escolas do campo para as escolas urbanas, uma de suas consequências é o processo de fechamento das escolas públicas do campo do município de Pilões/PB, baseando-se no discurso de melhoramento da qualidade da educação ofertada. Essas instituições de ensino correspondem à jurisdição da prefeitura municipal local e encontram-se inseridas entre as 13 unidades educacionais existentes na rede municipal de ensino. Ocorre analisar este fechamento à luz do que dizem pais, professores e o Secretário da educação local e tomando por base a análise dos documentos gerados no processo de fechamento, uma vez que tal análise permite observar se houve ou não um planejamento específico para tal fim.

6.1. SOBRE A OPINIÃO DOS ENVOLVIDOS

A preocupação inicial que norteou esta pesquisa foi com a opinião dos envolvidos (pais, professores e secretário da educação). A busca era pelo entendimento do porque eles acreditavam ser melhor para as crianças a migração para as escolas da zona urbana e o fechamento das escolas rurais. Diante disso, o primeiro momento da pesquisa de campo se deu através de entrevistas semi-estruturadas com a demanda escolhida. A primeira entrevista realizada foi com o secretário da educação local, que deu as seguintes informações:

Quadro 1: Informações cedidas pelo secretário de educação de Pilões-PB.

| | |
|---|------------|
| Número de alunos da zona rural matriculados na zona urbana | 150 |
| Número de escolas rurais ainda em funcionamento | 07 |
| Número de escolas desativadas em 2018 | 03 |

Fonte: Questionário de pesquisa, 2018.

Percebe-se que, em relação ao número total de alunos matriculados na rede, a quantidade de alunos do campo é alta. Conforme já indicado anteriormente três escolas do campo foram desativadas em 2018 e, segundo o informante citado, tais escolas tinham “menos de 30 alunos matriculados” o que provocava uma alta quantidade de turmas multisseriado. Para o secretário, a descrença dos pais nas escolas do campo se dá justamente por causa disso. Ele afirma que os pais encontram na cidade “melhores condições de ensino”. O entrevistado demonstra preocupação com esta situação e afirma

que a escolha dos pais pelas escolas urbanas provoca transtornos, a exemplo da “superlotação do transporte escolar, tendo em vista que os pais acompanham os filhos”. Ao ser perguntado se a secretaria da educação tem promovido alguma ação para incentivar os pais que residem na zona rural a matricular seus filhos na escola de sua própria comunidade, o secretário responde que sim. Que a secretaria tem buscado “fazer um trabalho de conscientização” e que neste trabalho “se compromete até em reduzir o número de alunos por sala (...) ou diminuir ao máximo as turmas multisseriado se a comunidade mantiver os alunos na escola”.

Quando perguntado sobre a organização da prática educacional dos alunos do campo e sobre a diferença do planejamento do professor que atua na zona rural em relação ao que atua na zona urbana, o secretário afirmou que “a proposta elaborada pela secretaria e coordenação pedagógica é que não haja diferença de prática entre a escola urbana e rural”. Percebe-se aqui a ausência de conhecimento sobre a filosofia que subjaz a educação do campo. Percebe-se ainda a tendência da prática e do currículo comum verticalizado, definido pela secretaria da educação através de sua equipe técnica, em detrimento das diferenças políticas, sociais e culturais de cada localidade. A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (Lei nº 9394/96), determina no Artigo 1º, que

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

A LDB 9394/96, no Artigo 28, estabelece as seguintes normas:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Assim, entende-se que esta Lei reconhece a diversidade encontrada entre os povos do campo, a partir da construção de instrumentos legais e de práticas que atendam a realidade e as singularidades. Ela reconhece os aspectos socioculturais e o direito à diversidade. No entanto as informações obtidas na entrevista com o secretário parece não contemplar o que está posto na referida Lei, embora seja perceptível seu empenho junto a educação local.

Após a entrevista do secretário, foram entrevistados cinco professores da rede municipal que atuam em escolas do campo. A primeira pergunta lançada teve como objetivo, apreender as ideias e concepções dos docentes sobre a educação do campo. Os docentes entrevistados deveriam informar com base em sua própria percepção se existe alguma diferença entre a educação desenvolvida nas escolas rurais e nas escolas do campo. As respostas obtidas estão no quadro síntese:

Quadro 2: Ideias e concepções dos docentes sobre a educação do campo.

| | |
|----|---|
| P1 | “Existe a diferença natural pelo alunado específico para o qual se está lecionando, o que não implica em qualidade superior nem inferior”. |
| P2 | “Sim, Porque historicamente a população camponesa sempre recebeu menos atenção dos governantes. Ela sempre teve menos prioridade que a educação urbana. Na atualidade não é diferente, pois falta estrutura física adequada, acesso sem qualidade, supervisão escolar e ainda há algo que ocorre demais nas escolas do campo que são as turmas multisseriadas”. |
| P3 | “Não. Porque o conteúdo que a Secretaria repassa para os professores é igual, porém existe alguns motivos que faz com que o aprendizado dos alunos seja diferenciado”. |
| P4 | “Sim. Além da estrutura física da escola da zona urbana ser mais favorecida (materiais são bem mais acessíveis), muitas vezes os alunos da zona rural chegam na escola sem estímulo algum, o grande número de alunos com pais analfabetos, que dedicam-se exclusivamente ao trabalho braçal”. |
| P5 | “É preciso compreendermos alguns aspectos, pois a diferença não acontece no que compreendemos como educação (literalmente falando). Acreditamos fielmente que as escolas e a educação oferecidas na zona rural, conseguem acolher os alunos da melhor forma, uma vez que estamos no ambiente em que os mesmos convivem. Todo trabalho torna-se significativo e relevante, pois a boa educação considera o ambiente/meio em que sua clientela está inserida, bem como sua cultura. Dessa maneira, acreditamos na diferença entre ambas mas numa conjuntura que agregue valores ao que dispomos na zona rural”. |

Fonte: Questionário de pesquisa, 2018.

Uma análise das falas dos/as docentes entrevistados/as, nos leva à seguinte interpretação: os entrevistados reduzem a questão da educação do campo à estrutura física, elencam deficiências que devem ser levadas em conta e que prejudicam o trabalho desenvolvido, trazem à tona a questão das turmas multisseriado como um complicador, expõem a dependência de um currículo central produzido e distribuído pela secretaria da educação e cuja aplicação aparentemente é supervisionada pelos técnicos locais, deixa clara a dificuldade de trabalhar com a realidade do campo (predominância de pais analfabetos e trabalhadores braçais), e de conseguir estimular os

alunos, como posto pelo P4. Apenas o P5 parece compreender o que seria essa diferença necessária para a organização da educação do campo. Sua fala enfatiza pontos importantes como “acolher os alunos no ambiente em que vivem”, “a boa educação considera o ambiente/meio”, considera ainda a “sua cultura” e a crença de que a educação deve “agregar valores ao que dispomos na zona rural”.

Em relação à questão 2, que busca trazer à tona informações sobre as ferramentas usadas pelos docentes para trabalhar a identidade do campo com os alunos, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 3: Ferramentas utilizadas pelos docentes para trabalhar a identidade do campo.

| | |
|----|--|
| P1 | “Leitura, vídeos, palestras, etc.” |
| P2 | “classificando o que temos na nossa comunidade. Em seguida mostrando as riquezas que temos e o que podemos fazer com elas”. |
| P3 | Procuro aproximá-los ao máximo da cultura local, trabalhando questões de convívio do alunado. Trabalhando questões sociais da comunidade e valorizando a cultura da mesma”. |
| P4 | “A principal ferramenta utilizada em sala de aula, é trabalhar a realidade do aluno por meio do levantamento de dados; respeitando o perfil sócio-cultural dos alunos e da comunidade onde eles residem. Buscando sempre trabalhar políticas públicas que enfatizem a autonomia do sujeito”. |
| P5 | “Compreendemos que a valorização do meio ao qual fazemos parte é o primeiro passo, pois consequentemente surgirá o desejo de saber a importância tão enfatizada do mesmo, instigar a curiosidade do aluno é também uma boa maneira de trabalhar qualquer questão. |

Fonte: Questionário de Pesquisa, 2018.

Analisando os dados acima, podemos fazer a seguinte interpretação: para o primeiro professor, “ferramenta de trabalho” é necessariamente as atividades desenvolvidas de forma genérica sem preocupação com o específico. Não por acaso, citou: “Leitura, vídeos, palestras, etc”. Não houve preocupação com o conhecimento (por exemplo) como ferramenta de trabalho. Os demais se posicionaram em relação ao trabalho com a cultura local, mas seus posicionamentos são muito superficiais, não abordando questões importantes como a politização dos alunos através da utilização da história local.

A questão 3 teve como objetivo captar a opinião dos docentes sobre os motivos que levam os pais a preferirem matricular os alunos nas escolas urbanas, provocando o esvaziamento da escola da própria comunidade, apesar da distância e dos desafios a serem superados até a escola mais próxima. As respostas obtidas são as que seguem:

Quadro 4: Motivos que levam os pais a preferirem as escolas da zona urbana, segundo a visão dos docentes.

| | |
|----|--|
| P1 | “Há vários fatores: os professores da zona urbana teria uma melhor qualificação, os recursos que são destinados às escolas, a estrutura, eles acham que a qualidade da escola da zona urbana é melhor”. |
| P2 | “O principal motivo é das salas de aula serem multisseriado. O aprendizado de qualquer forma, acaba sendo prejudicado”. |
| P3 | “Com o pressuposto de que a educação de fora da comunidade é de menor qualidade, o que é uma afirmação errônea, pois mesmo com dificuldades que é comum a qualquer escola, seria/é mais viável deixar o aluno aprender de forma a valorizar o que está próximo ao mesmo. Pois toda aula pode ser extremamente rica, independentemente do prédio da escola. E sim a qualidade na transmissão dos conteúdos do profissional (professor) que está em sala de aula”. |
| P4 | “O principal motivo, acredito eu, ser na maioria das vezes, a falta de estrutura adequada, para receber o alunado, em relação a estrutura física da escola, o difícil acesso para se deslocar até o local e ainda, e não menos importante o histórico paradigma que a escola do campo é inferior a escola da cidade”. |
| P5 | “Claramente percebemos que isso é acarretado pela não valorização e pela credibilidade que na maioria das vezes é negada a uma escola rural. É uma questão complexa que futuramente trará ainda mais discussões, pois talvez seja preciso fazer um bom trabalho de conscientização com os pais, ou que seja criada alguma Lei municipal para tentar conter essa migração, afinal, nós docentes que somos fruto da educação do campo já experimentamos as duas vertentes (educação urbana x educação rural) compreendemos as escolas do campo só de imaginável importância para a sociedade como um todo que ali reside”. |

Fonte: Questionário de pesquisa, 2018.

As falas dos docentes evidenciam de início que não há uma opinião formada sobre o que seja educação do campo. Ora confundem com educação rural, ora simplesmente equivalem à educação geral. O P1 evidencia as falhas que são comumente apontadas como principais motivos do fracasso da educação no campo: professores da zona urbana com melhor qualificação, recursos destinados às escolas da zona urbana, a falta de estrutura, e a descrença dos pais em relação às escolas rurais. O P2 novamente evidencia a dificuldade com turmas multisseriado. Os dois professores seguintes enfatizam as mesmas dificuldades já elencadas e o P5 traz novamente a questão da descrença na educação do campo, mas coloca outros dados que devem ser analisados, à exemplo da necessidade de conscientização dos pais e da criação de uma Lei municipal para conter a migração. Sobre estes dois pontos é preciso fazer as seguintes considerações: o trabalho envolvendo os pais deveria ser uma constante nas escolas.

Neste caso percebe-se que as escolas, que passaram 30 anos em funcionamento fecharam, e que ainda se cogita fazer aquilo que deveria ter sido feito antes do desfecho final que resultou na desativação da unidade, o que leva a crer que o trabalho com a família que trata de uma das funções sociais da escola, não está sendo executado. O outro ponto diz respeito à necessidade de uma lei municipal para conter a migração. A escolha da escola é um direito dos pais e a utilização de um dispositivo legal não seria a melhor saída. Há uma necessidade urgente de resgate da escola do campo em todas as suas nuances: estrutural, profissional, curricular, organizativa, pedagógica e política.

A entrevista com as mães foi organizada de modo a compreender os motivos que levam à escolha das escolas urbanas como a melhor opção educacional para as crianças do campo. Foram entrevistadas cinco mães, cujas respostas serão analisadas na sequência. A primeira questão tem o objetivo de situar os leitores sobre o lugar onde reside cada uma delas. Segue tabela:

Quadro 5: Mães entrevistadas.

| | |
|-------|-------------------------------|
| Mãe 1 | Sítio Ouricuri- Pilões |
| Mãe 2 | Assentamento Redenção- Pilões |
| Mãe 3 | Assentamento Redenção- Pilões |
| Mãe 4 | Sítio Rio do Braz- Pilões |
| Mãe 5 | Assentamento Redenção- Pilões |

Fonte: Questionário de pesquisa, 2018.

Ao perguntarmos onde as crianças estão estudando, apenas duas mantiveram seus filhos matriculados no campo. As outras três matricularam nas escolas da zona urbana. Destas duas que afirmaram ter matriculado a criança na escola do campo, uma delas afirmou que só o fez porque a escola é próxima à sua residência, mas foi categórica em afirmar que existe diferença porque a escola da cidade oferece maior estrutura e melhor qualidade. Seguem as respostas:

Quadro 6: Problemas encontrados nas escolas do campo, segundo a visão dos pais.

| | |
|-------|--|
| Mãe 1 | “Os recursos são sempre destinados às escolas da zona urbana ficando as da zona rural quase sempre sem acesso aos benefícios”. |
| Mãe 2 | “Os professores do sítio é a mesma formação dos da cidade”. |
| Mãe 3 | “Além da má distribuição de recursos, existe a questão do multisseriado e da simples adaptação da educação que muitas vezes não condiz com a realidade da comunidade rural”. |
| Mãe 4 | “Existe diferença da escola do campo pra escola da cidade. (...) a cidade oferece melhor estrutura e melhor qualidade”. |
| Mãe 5 | “(...) creio que a educação oferecida é a mesma, há não ser em época de chuvas que a escola rural para alguns dias (...). Mas resumindo todas tem |

| | |
|--|---|
| | que melhorar porque eu acho a educação oferecida no município como um todo ruim”. |
|--|---|

Fonte: Questionário de pesquisa, 2018.

No geral os problemas apontados são os mesmos, mas é necessário destacar que a ausência de investimentos nas escolas do campo é um agravante. As turmas multisseriado apresentam-se como outro grave problema, bem como a falta de crença no potencial da escola da própria comunidade. Tais fatores levam os pais a buscarem opções na zona urbana criando problemas de superlotação nos veículos escolares.

6.2. SOBRE O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS

Em relação ao fechamento das unidades escolares do campo, tomamos como base de análise nesta pesquisa o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96, acrescida pela Lei 12.960/2014:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Ao ouvir os pais e responsáveis, foi possível perceber que o processo de fechamento das unidades escolares não atendeu o que está posto na referida Lei. Ao ouvir as comunidades, a informação repassada foi a de que “houve uma reunião com os pais e que nesta reunião eles receberam a COMUNICAÇÃO de que a escola seria fechada devido ao baixo número de alunos, o que provocava prejuízo aos cofres públicos”. Na mesma reunião foi garantido que os alunos teriam transporte e que estudariam nas escolas mais próximas.

Ao procurar a Secretaria da educação local, percebemos a inexistência de documentos comprobatórios à legalidade do processo. Solicitamos: 1. Documentação referente à busca ativa na comunidade, para comprovar a inexistência de demanda; 2. A

ata da reunião de conciliação com os pais; 3. O envio da documentação citada para análise e deliberação do Conselho Municipal da Educação, enquanto órgão normativo local; 4. A deliberação do Conselho autorizando o fechamento das unidades. Não havia os documentos solicitados. Apenas uma ata nos foi apresentada de uma reunião ordinária do Conselho (em anexo), no entanto, estranhamente, a ata estava ainda sendo concluída no dia marcado para sua entrega (primeira semana de junho), mesmo que esta tenha vindo com data de 05 de fevereiro.

Cabe citar que os alunos têm sido transportados em ônibus consideravelmente lotados, por caminhos íngremes e acidentados, percorrendo distâncias que variam de 16 a 20 quilômetros diários. Cabe citar também as condições físicas e estruturais das escolas, deixadas para trás em total abandono.

A partir dos dados coletados, é possível perceber que essa proposta foi colocada em prática de forma rápida, sem possibilitar maiores questionamentos pelos sujeitos envolvidos nesse processo e sem planejamento educacional. Tal ação foi justificada pelo poder municipal, com o discurso de má utilização dos recursos públicos e pela busca por melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem nas escolas urbanas. Para Wizniewsky (2010) é importante destacar que a nucleação das escolas busca racionalizar os custos dos alunos das escolas rurais, sem respeitar, na maior parte das vezes, a liberdade de decidir onde esses estudantes pretendem completar seus estudos (WIZNIEWSKY, 2010, p.35). Para o fechamento das instituições não foram seguidos os passos exigidos por Lei. As comunidades apenas foram comunicadas do fechamento sem a possibilidade de uma reflexão e discussão sobre os impactos desta ação. Nesse sentido, percebe-se que não foram considerados os significados sociais, políticos. Em relação ao fechamento das escolas multisseriado, Arroyo (2005, p.84), afirma que “a escola seriada é uma das instituições mais seletivas e excludentes da sociedade brasileira”. Outro ponto considerado na aplicação da proposta centrava-se na ampliação de ofertas de professores com melhores formações e melhor remunerados para atender as escolas urbanas. Além disso, havia a possibilidade da centralização de investimentos, com melhorias também na parte de infraestrutura das instituições de ensino da cidade. Esse contexto pode ser percebido nos discursos dos sujeitos inseridos nas comunidades escolares, em que as justificativas diversas buscavam seduzir os povos do campo para aceitar e até defender a ideia de que a melhor escola é a urbana.

Nas comunidades, nas quais as escolas foram fechadas, gera-se o descontentamento e desconforto pelo abandono dos prédios escolares. O processo de fechamento das escolas ocorreu de forma demasiadamente transformadora, sem uma análise prévia da aceitação das comunidades que se tornaram objetos dessa ação. Desta forma é possível afirmar que as peculiaridades dos povos do campo e suas matrizes culturais foram danificadas e excluídas do novo modelo de ensino.

Nesse contexto a oferta do transporte escolar gratuito torna-se uma obrigação do município e um direito das comunidades escolares. A política de transporte escolar que acaba sendo implantada como resultado de um processo gerou uma segunda problemática, uma vez que os alunos foram submetidos a jornadas de deslocamento cansativas e, muitas vezes, inadequadas, ao mesmo tempo em que passam a receber escolarização totalmente descontextualizada. A utilização do transporte escolar contribuiu significativamente para descaracterizar a educação que se oferece às populações do campo.

No sentido econômico, os discursos apresentados salientavam que haveria uma diminuição dos custos totais, devido à menor quantidade de manutenção de salas multisseriado e menor quantidade de contratação de funcionários e professores pelas escolas. Porém, esqueceram-se do custo efetivo do transporte escolar, que era elemento essencial para a manutenção dessa política, sendo inviável sem sua existência integrantes das comunidades escolares isso fica registrado, mas como forma de colaboração e de contribuição para as comunidades locais, essa prática continua sendo desenvolvida. Contudo, mesmo diante dessas questões, pode-se perceber que o município, a partir de sua Secretaria Municipal de Educação, mantém uma política de oferecer condições de acesso e permanência dos alunos em turmas seriadas (e multisseriado, quando necessário) em estabelecimentos da rede pública; além de possibilitar aos alunos vivenciarem novas experiências que os levem a estabelecer relações mais amplas com o mundo em que vivem (palestras, trabalhos de campo, musicais, jogos, integrações, apresentações, entre outros); e, formação continuada para seus gestores e educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de desenvolvimento da presente pesquisa, foi possível perceber a complexidade do objeto de pesquisa, uma vez que o processo de fechamento das escolas envolvia diferentes sujeitos da sociedade de Pilões/PB. Essa política de fechamento de Escolas do campo, multisseriado (consideradas pequenas e isoladas) ou não, para a ampliação do número de alunos das escolas urbanas, ocorreu sob decisão e responsabilidade única da administração pública municipal, sem participação efetiva das comunidades locais, e sem o levantamento de demanda e da viabilidade/diagnóstico da iniciativa pensada. A questão é ainda maior, até mesmo porque essa política não se encontra registrada em planos específicos, nem cumpriu os trâmites legais, a exemplo da comunicação ao Conselho municipal da educação local. A administração assumiu o poder do desenvolvimento da proposta, sem consulta prévia aos sujeitos interessados (comunidades escolares). Nesse contexto, o transporte escolar surge como o principal meio de inclusão, uma vez que constitui a base da possibilidade de acesso dos alunos à escola, viabilizando o deslocamento necessário de alunos e professores até as escolas urbanas.

O problema do transporte escolar deve ser analisado por dois prismas diferentes: Pelo econômico, pois o custo de manutenção dos veículos e material humano (funcionários/motoristas) é alto para o poder público municipal, que vem tendo dificuldades para manter em funcionamento os veículos utilizados e o social, uma vez que no deslocamento até as escolas, os alunos e professores percorrem longas e desgastantes jornadas diárias em veículos com baixa segurança e em vias precárias (péssimas condições de tráfego). Além disso, os problemas apresentados por essas instituições não se limitam apenas a essas, sabe-se que as escolas, tanto do campo, como também urbanas, apresentam estruturas a serem melhoradas e outros problemas graves que merecem atenção.

A pesquisa serviu para evidenciar também o pouco conhecimento que a secretaria da educação, através de seus secretários e técnicos tem, a respeito daquilo que hoje chamamos políticas da educação do campo. O mesmo ocorre em relação aos professores. Cabe evidenciar, por fim, que os objetivos dispostos inicialmente, de forma geral, contribuíram para compreender como se deu o processo de fechamento das instituições do campo do município de Pilões/PB. Os resultados desta pesquisa servirão

como base para repensar a política de educação do campo local, tanto em termos administrativos, quanto em relação à formação continuada dos docentes. Servirá também de alerta para os pais de outras comunidades, que já se encontram com a sentença de fechamento de suas unidades nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. *III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)*. Luziânia, Goiás, 2012. Disponível em <http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_03.html> Acesso em 10 de Abril de 2018.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, A. M. A. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anãs Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos*. São Paulo: Cortez, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LEITE, S. C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITUAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO. Hall, 2002.

MOREIRA, Orlandil de Lima (Org.). *Educação do Campo: Reflexões teóricas e práticas pedagógicas*. João Pessoa: Editora Ufpb, 2014.

PASSADOR, C. S. *A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná*. São Paulo: Annablume, 2006.

SIMÕES, Willian; TORRES, Miriam Rosa. *Educação do campo: por uma superação da educação rural no Brasil*. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES> CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. ISSN. Curitiba: Educere, 2015. p. 1822 - 1831..pdf?sequence=1. Acesso em 11 de mar. de 2018.

SOUZA, Marilsa Miranda de . *Imperialismo e educação do campo*. Araraquara : São Paulo : Cultura Acadêmica, 2014.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIOS

Pesquisa referente ao trabalho realizado pela aluna da Universidade Estadual da Paraíba, Maria Izabel Cirilo de Souza, sob orientação da professora Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira, com o objetivo de está estudando o processo de emigração das crianças das escolas de nível fundamental I da zona rural para as escolas da zona urbana no município de Pilões-PB.

Questionário destinado aos pais com crianças em idade escolar residentes na zona rural do município de Pilões-PB.

1. Onde reside?
2. Qual a localização da escola em que seu filho estuda?
3. Qual o principal motivo da escolha desta escola?
4. Em sua opinião, existe alguma distinção (diferença) entre a educação oferecida no campo e a educação oferecida na zona urbana? Justifique.

Questionário destinado aos professores de nível fundamental I que lecionam nas escolas das comunidades rurais do município de Pilões-PB.

1. Onde é localizada a escola em que trabalha?
2. Em sua visão, enquanto docente, existe alguma diferença entre a educação oferecida nas escolas da zona urbana e da zona rural? Especifique.
3. Quais ferramentas você utiliza para trabalhar a questão da identidade local com seus alunos?
4. Em sua opinião enquanto docente, qual o principal motivo que leva os pais das crianças que residem em zona rural a matricularem seus filhos nas escolas de ensino fundamental I da zona urbana, quando suas comunidades também dispõem de escolas?

Questionário destinado ao secretário de educação do município de Pilões-PB.

1. Qual a média de alunos da zona rural que estão matriculados nas escolas de Ensino Fundamental I da zona urbana?
2. Atualmente, quantas comunidades Rurais possuem escolas de nível Fundamental I funcionando?
3. Alguma destas escolas existentes corre o risco de fechar? Se sim, qual o principal motivo?
4. No município, neste último ano, foi desativada alguma escola da zona rural? Quantas? Qual o motivo?

5. Como Secretário de Educação, qual o motivo eminente para que os pais de crianças que residem na Zona Rural, em comunidades que possuem escolas de Nível Fundamental I, afirmam para matricularem seus filhos nas escolas da Zona Urbana?
6. Quais as principais consequências deste ato?
7. A Secretaria de Educação promove alguma ação para incentivar os pais que residem na Zona Rural a matricular seus filhos nas escolas de suas comunidades? Se sim, quais?
8. Há diferença na prática educacional planejada e desenvolvida na Zona Rural em relação a prática utilizada na Zona Urbana?

FOTOGRAFIAS

Fotografias da pesquisa referente ao trabalho realizado pela aluna da Universidade Estadual da Paraíba, Maria Izabel Cirilo de Souza, sob orientação da professora Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira, com o objetivo de está estudando o processo de emigração das crianças das escolas de nível fundamental I da zona rural para as escolas da zona urbana no município de Pilões-PB.

Fotografias das escolas fechadas no município de Pilões no ano de 2018.

ESCOLA MUNICIPAL APRÍGIO BERNARDO DA SILVA, localizada na Comunidade de Rio do Braz. (Fechada em Março de 2018)





Estrada que dá acesso à comunidade de Rio do Braz e que os alunos percorrem diariamente para chegar às escolas da zona urbana.





ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LINS SOBRINHO, localizada na comunidade de Mercês. (Fechada em Janeiro de 2018.)





Estrada que dá acesso à comunidade de Mercês e que os alunos percorrem diariamente para chegar às escolas da zona urbana.





ÔNIBUS QUE FAZEM O TRANSPORTE DOS ALUNOS DAS COMUNIDADES RURAIS PARA A CIDADE.

Ônibus que faz o transporte da Comunidade de Rio do Braz para a cidade de Pilões. (8,5km de distância).



Ônibus que faz o transporte da Comunidade de Mercês para a cidade de Pilões. (10km de distância para a comunidade de Mercês).





TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO

Eu, pai de aluno da rede municipal de ensino, morador do município de Pilões/PB, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefício da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores, **Maria Izabel Cirilo de Souza e sua orientadora Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira**, do projeto de pesquisa que tem como problemática central " A emigração das crianças do campo , que estão na fase escolar de ensino fundamental I para as escolas da zona urbana" a colher os depoimentos e informações que se façam necessárias sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos, em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Guarabira, 30 de Abril de 2018.

Assinatura dos pais colaboradores:

Akiane Cirilo Pereira
Aparecida Santos Silva
Geralda Cirilo de Souza
Rafaela Gomes da Silva
Elvira do Nascimento Pereira da Silva

Maria Izabel Cirilo de Souza

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO

Eu, secretário de educação da rede municipal de ensino, morador do município de Pilões/PB, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefício da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores, **Maria Izabel Cirilo de Souza e sua orientadora Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira**, do projeto de pesquisa que tem como problemática central “ **A emigração das crianças do campo , que estão na fase escolar de ensino fundamental I para as escolas da zona urbana**” a colher os depoimentos e informações que se façam necessárias sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos, em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Guarabira, 03 de Abril de 2018.

Assinatura dos colaboradores:

Cícero Galvão dos Santos

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Maria Izabel Cirilo de Souza

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO

Eu, professor da rede municipal de ensino, morador do município de Pilões/PB, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefício da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores, **Maria Izabel Cirilo de Souza e sua orientadora Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira**, do projeto de pesquisa que tem como problemática central “ **A emigração das crianças do campo , que estão na fase escolar de ensino fundamental I para as escolas da zona urbana**” a colher os depoimentos e informações que se façam necessárias sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos, em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Guarabira, 18 de Abril de 2018.

Assinatura dos professores colaboradores.

Poliana Paiz Marinho Sipriano
Diego Felisc Neto
Maria Betânia Cardoso de Lima
Ana Paula da Silva Sales
Ana Jéssica David da Silva

Maria Izabel Cirilo de Souza

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA

ANEXOS

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação do Município de São José/PB.

Por cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezeto às 09:30 horas na Sede Social Bermer Lina, situada a Rua Cônego Teodomiro, 210, Centro, nesta cidade, reuniram-se os conselheiros: Maria da Penha Pereira de Souza (presidente), Gu-temberg Pereira Camilo (vice-presidente), Deyse Souza Silva, Ana Lúcia Goldino dos Santos, Eduardo Plácida de S. Silva, Josele Antonina P. de Carvalho, Geralcino Marcelino de L. Neto, Leandro Salvador. A Sra. Presidente, após constatar a presença de quórum, fez a chamada aos conselheiros e aos presentes, fazendo-se registrar a presença do Secretário de Educação a Sr. Cicero Goldino dos Santos, comidade por este conselho para apresentar justificativas acerca do assunto da pauta do dia de reativação das escolas José Luis Solimão, Apri-ge Bernardo da Silva e Pedro Cristiano Spino Fialho, localizadas na zona rural deste município, nos sítios Mercen, Rio do Braz e Lagoa do Mato, respectivamente. Saudando-os todos com boas vindas, pediu a mim, Secretária, para prosseguir a leitura da ata da reunião anterior. Após a referida leitura foi concedido um aparte ao Sr. Secretário de Educação para apresentar as justificativas relacionadas a pauta do dia. Na oportunidade arguiu sobre os motivos que levaram o gestor Municipal a tomar essa decisão, falando do quanto é ruim fechar uma escola, mas que é necessário diante do contexto atual pelo qual passa o município, que

tem despesas em duplicidade com a ma-²²
nutência dessas escolas, dadas pela contrata-
ção de docentes, uma vez que a maioria des-
tas localidades não possuem professores efiti-
vos, bem como despesas de transportes con-
os deslocamentos da sede do município à
localidade e vice-versa. Além do que, nes-
sas escolas o ensino multisseriado ainda
é muito forte, conforme dados das matri-
culas de 2018 demonstrados pelo Secretário.
Na Escola José Luiz Sobrinho foram matri-
culados 29 alunos, distribuídos do Maternal
da Educação Infantil ao 5º ano do ensi-
no fundamental; na Escola Apúgio Bernar-
do da Silva repetiu-se a mesma realida-
de de distribuição dos 25 alunos matricula-
dos; e já na Escola Pedro Cristiano Luiz
Fialho a realidade ainda é um pouco
mais preocupante, pois foram matricula-
dos 19 alunos no total do Maternal ao 5º
ano. Diante dessa realidade, o professor é
sobrecarregado com turmas multisseriadas,
o que prejudica a aprendizagem. Porém, sen-
do estudar na cidade ou sendo realocados
para outra escola rural, como é nessa pro-
posta para Escola José Luiz Sobrinho, cada
aluno será direcionado à sua série, à sua
turma, o que contribuirá para uma edu-
cação de melhor qualidade. Lembra tam-
bém que com o aumento da contingente
de alunos nas tais comunidades, a escola
pode ser restituida. Após a intervenção do
Sr. Secretário, o Sr. Presidente relatou tam-
bém as dificuldades enfrentadas nestas

comunidades com relação ao nível de aprendizagem e os deslocamentos dos professores, bem como, o número de alunos que vem reduzindo a cada ano e o ensino multisseriada muito forte nestas escolas. Para encerrar a Sr. Presidente perguntou se havia alguma dúvida com relação ao assunto em pauta, e perguntou se alguém gostaria de fazer algum comentário ou fazer qualquer reivindicação; todos deram-se por satisfeitos. A Sr. Presidente, agradeceu ao Sr. Secretário pela honrosa revista e pela forma como conduziu sua arguição, dando por encerrada a presente reunião. É nada mais havendo a registrar, eu, Flávia Lourenço de Oliveira Fernandes, Secretária, lavro a presente ata, que será assinada por mim, pela Presidente e demais Conselheiros presentes a esta reunião.

Flávia Lourenço de Oliveira Fernandes
Diretora do Centro Técnico de Ensino

Antônio Pereira Lima

Deise Souza Silva

Antônio Galvão dos Santos

Eduardo Plácido de Souza Silva

Joel Antônio Pereira de Carvalho

Marcelino Antônio de Souza Neto

Ricardo Salvador